

'Board' vota acordo em duas semanas

WASHINGTON — A carta de intenções enviada pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional será examinada na reunião do board da instituição do próximo dia 29, que cairá numa quarta-feira. A marcação do novo dia da reunião para apenas uma semana após a data original indica que a equipe técnica do FMI concordou com as providências tomadas pelo governo em relação aos aumentos dos aposentados da Previdência e que no dia 29 a diretoria deverá aprovar o acordo com o Brasil. A direção do FMI não teria marcado nova data da reunião se ainda tivesse dúvidas sobre a validade das metas da carta de intenções após os fatos novos ocorridos no Brasil depois de sua assinatura, em novembro passado, entre eles o aumento de 147,06% conquistado pelos aposentados.

A superação do episódio foi confirmada no rápido encontro no início da tarde de ontem do presidente do Banco Central, Francisco Gros, com o diretor-executivo do FMI, Michel Cam-

dessus. Os 22 integrantes do board serão informados sobre as mudanças verificadas no Brasil por um relatório complementar à carta de intenções, preparado pelos técnicos da organização com a ajuda da missão brasileira comandada pelo secretário do Planejamento, Pedro Parente. A demora nas conversações entre os técnicos do FMI e do governo atrasou a elaboração do relatório, obrigando o adiamento da votação do acordo brasileiro, que desde o ano passado estava marcado para o dia próximo dia 22.

Em entrevista na embaixada brasileira, Gros e Parente disseram que, se o FMI decidiu levar a carta de intenções assinada pelas autoridades brasileiras à reunião do board no dia 29, é porque tenciona aprovar o acordo com o Brasil. Na história do FMI não há precedentes de rejeição de acordos pela diretoria. Tradicionalmente, quando o acordo é colocado em pauta para votação é porque já foram realizados entendimentos e negociações prévias para sua aprovação. Os fatos novos ocorridos no Brasil após o envio da carta ao FMI criaram uma situação inesperada, provocando a reabertura das negociações e a consequente retirada do assunto da pauta da reunião do board, no dia 22. As explicações da missão

brasileira, porém, satisfizeram a equipe do FMI, optando-se então pela elaboração do relatório complementar à carta de intenções.

Além do reajuste de 147,06% para os aposentados, os técnicos do FMI pediram explicações sobre a versão final da reforma fiscal aprovada pelo Congresso e o acordo de rolagem da dívida dos estados e municípios. "Eu não creio que tenha havido nenhuma modificação (do FMI) quanto à carta de intenções", disse Francisco Gros. Ele também procurou minimizar a repercussão do adiamento da votação do acordo.

"Nós nunca tivemos uma garantia absoluta de que a carta seria apreciada no dia 22. O dia 22 era uma meta, quando se esperava que tudo estivesse pronto para que ela fosse apreciada", explicou Gros. "Como nem tudo ficou pronto, então a reunião será adiada por uma semana, de modo que os membros do board tenham tempo de consultar suas bases, inclusive ler o relatório do staff que está sendo encaminhado hoje (ontem) aos seus diretores."

Segundo as previsões de Pedro Parente, o relatório complementar seria concluído no final da tarde de ontem e em seguida distribuído aos 22 integrantes do board. (Teodomiro Braga)